

O NOSSO PAPEL NA CRISE

Num país com dinheiro de menos e regras de mais, a saída lógica é simplificar os negócios para criar empregos. Um estudo inédito dá pistas de como diminuir a papelada infernal

Luis Lima, Marcos Coronato e Rodrigo Capelo (texto), Marco Vergotti (infografia)

Faz mais de um mês que o húngaro-alemão Mate Pencz e seu sócio, o alemão Florian Hagenbuch, enfrentam a burocracia para inaugurar a loja física de sua gráfica on-line, a Printi, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, um dos principais centros comerciais de São Paulo. O trabalho, eles descobriram, é árduo. Tiveram de abrir um CNPJ, o que levou semanas, mas não basta ter um número de registro para a empresa – é preciso um para cada filial. Depois, ambos entraram na fila para obter um alvará de funcionamento. O tempo gasto, calculam, chegará a três meses. São 90 dias caros para eles e para você. Caro para eles, porque calculam ter perdido R\$ 100 mil entre o pagamento da consultoria que tentou acelerar a papelada e os clientes não atendidos no período. E caro para você,

porque a situação se repete no país todo, centenas de milhares de vezes por ano – a burocracia trava negócios que poderiam deslanchar e resultar em mais empregos. Uma tragédia, numa economia que se esforça para emergir da recessão mais profunda de sua história. Os sócios Pencz e Hagenbuch até que têm sorte por estar em São Paulo, um município que evolui bem no combate à papelada. Um estudo da ONG Endeavor, de incentivo ao empreendedorismo, publicado com exclusividade por ÉPOCA (leia nos quadros), detalha o problema. A pesquisa mostra governos hiperativos – 16 prefeituras, das maiores do Brasil, mexeram nas regras do ISS (o principal imposto municipal) de três a 11 vezes por ano desde 2013, em média. Entre os governos estaduais, dez mexeram nas regras do ICMS ▶

COMPLICAÇÃO I MAIS DISPUTAS

Excesso de regras leva a interpretações divergentes, erros e brigas na Justiça

- **R\$ 4.700** é o custo de uma disputa judicial sobre impostos, só na primeira instância
- **3,3 milhões** de novos processos sobre esse tema chegaram à Justiça Federal só em 2014

COMPLICAÇÃO II MAIS PROBLEMAS

Parcela das empresas com pendências por causa de tributos



COMPLICAÇÃO III TEMPO PERDIDO

Horas-homem gastas por mês por uma empresa para pagar tributos

● Cingapura	6	
● Austrália	9	
● França	12	
● EUA	15	
● México	24	
● Chile	24	
● BRASIL	170	

QUER CRIAR EMPREGO? VOLTE AO FIM DA FILA

Os governos complicam a vida de quem quer ter um negócio próprio. Um estudo da ONG Endeavor e da escola de negócios Insper mede o problema⁽¹⁾

Em número de dias

- Consultar viabilidade do nome
- Constituir a empresa
- Inscrever CNPJ
- Fazer inscrição estadual
- Obter alvará dos Bombeiros
- Obter alvará de funcionamento e localização
- Fazer inscrição municipal



(1) Com dados de 22 estados (excluídos AC, AP, RO, RR e TO) e 32 municípios (incluindo os 12 mais populosos do país), que correspondem a 37% do PIB e 26% da população. São eles: São Paulo – SP, Rio de Janeiro – RJ, Belo Horizonte – MG, Brasília – DF, Fortaleza – CE, Curitiba – PR, Salvador – BA, Porto Alegre – RS, Recife – PE, Goiânia – GO, Campinas – SP, Manaus – AM, São Luís – MA, Belém – PA, Natal – RN, Campo Grande – MS, Cuiabá – MT, Ribeirão Preto – SP, Maceió – AL, Joinville – SC, São José dos Campos – SP, Maringá – PR, Aracaju – SE, Uberlândia – MG, João Pessoa – PB, Londrina – PR, Teresina – PI, Sorocaba – SP, Caxias do Sul – RS, Florianópolis – SC, Vitória – ES e Blumenau – SC. Dados colhidos entre abril e junho de 2016.

(2) Não medido na pesquisa.

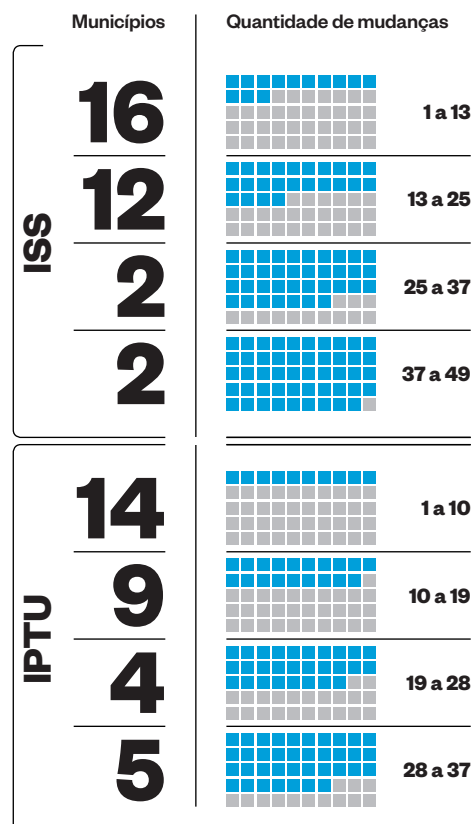
(3) Incluindo prefeitura, Receita Federal e Caixa Econômica Federal (FGTS).

Fontes: Endeavor, com apoio de EY, Ibracem, Insper, Neoway e Sedi (pesquisa *Burocracia no ciclo de vida da empresa no Brasil*); Banco Mundial/Doing Business e IBPT

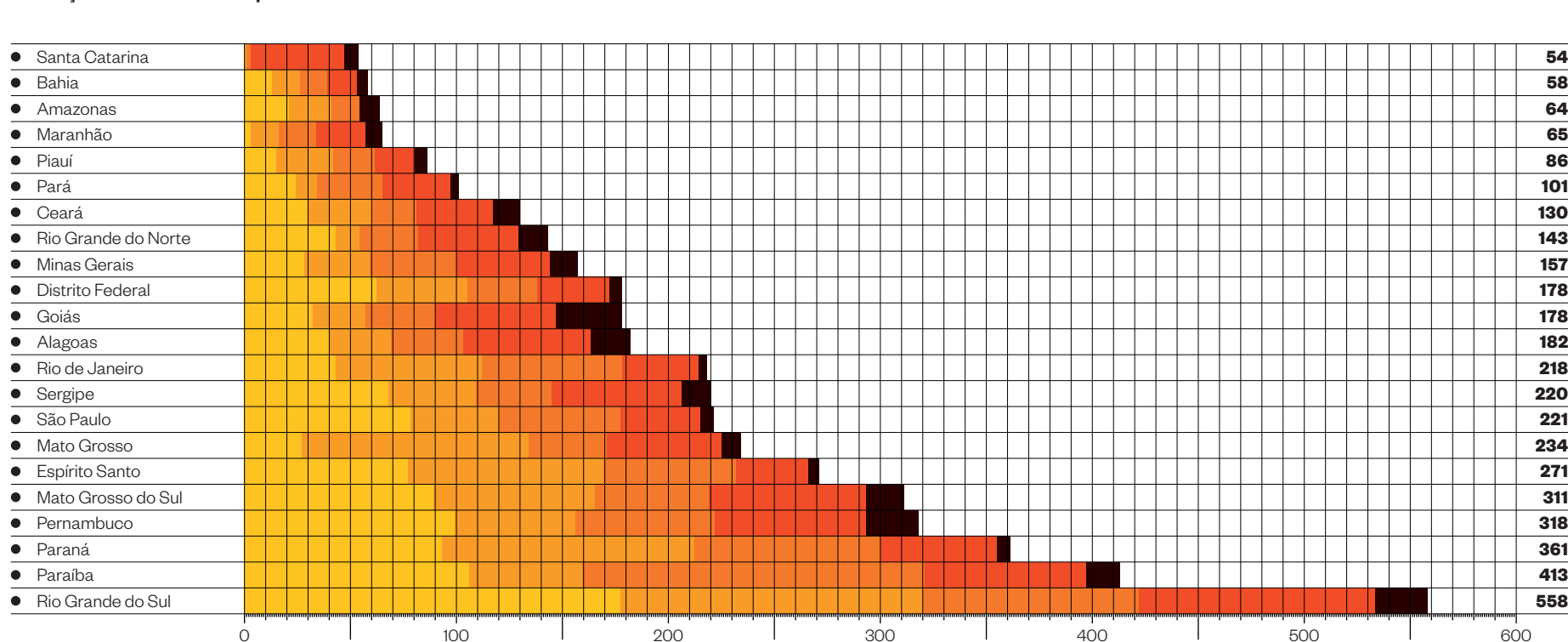
METRALHADO RA DE REGRAS

Os governos federal, estaduais e municipais criam normas novas e mudam as antigas o tempo todo. Entre os estados, Santa Catarina mexeu menos nas regras

PREFEITURAS
Mudanças feitas no ISS e no IPTU de 2013 a 2017, em 32 municípios avaliados. Os governos mexem nos tributos, principalmente no ISS, para tentar atrair empresas

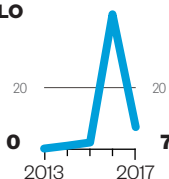


GOVERNOS ESTADUAIS
Mudanças feitas no ICMS em quatro anos



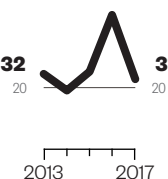
SC O BOM EXEMPLO

O governo catarinense é o que menos muda o ICMS na guerra fiscal com vizinhos. Merece o reconhecimento



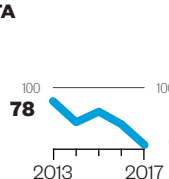
GO O VICIADO

Goiás não é o estado que mais mexe no ICMS, mas mostra a evolução mais fraca. Mantém um ritmo alto de mudanças



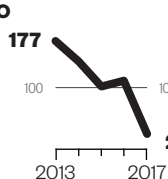
SP O REFORMISTA

O governo paulista apresenta a melhor evolução. Colocou o pé no freio nas mexidas nas regras do ICMS em 2017



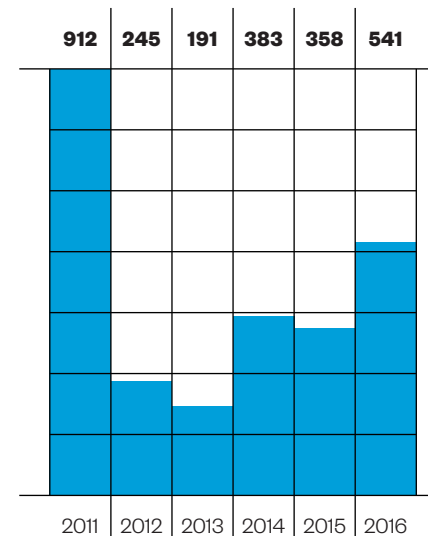
RS O HIPERATIVO

O Rio Grande do Sul evolui - mexe cada vez menos no ICMS. Mas tem o pior histórico. Já alterou demais as regras



GOVERNO FEDERAL
A Receita Federal se empenha atualmente em simplificar os negócios, mas historicamente contribui com a instabilidade de regras

Número de mudanças de normas tributárias federais contadas em relação ao ano anterior



3
NORMAS FEDERAIS
tributárias foram editadas por dia, na média, ao longo dos 28 anos entre 1988 (promulgação da Constituição) e 2016

(o principal imposto estadual) ao menos 50 vezes por ano nesse mesmo período, em média. Mesmo micro e pequenas empresas, a depender do setor em que atuam, podem ter de cumprir 75 obrigações tributárias diferentes, como preencher fichas. Com tantas regras, não surpreende que nove em cada dez empresas no país tenham alguma pendência tributária. O Brasil até que vem melhorando, mas ainda fica em 181º lugar entre 190 países avaliados pelo Banco Mundial, no quesito horas gastas para cumprir obrigações tributárias. Estamos entre os mais confusos

ao exigir papelada. “Quase todos os países melhoram, de um ano para o outro”, avalia a economista portuguesa Rita Ramalho, diretora do levantamento. “Mas as melhorias no Brasil não são grandes o suficiente para compensar o avanço de outros países.”
Voltemos à peregrinação dos dois sócios em São Paulo, Pencz e Hagenbuch, para entender como a profusão de regras nos infeniza. Se um cliente quiser deles uma caneca personalizada, cria um pequeno drama existencial. Se a dupla se considerar vendedora de um produto, paga um imposto, o IPI. Se a

dupla quiser colocar um designer à disposição do cliente para fazer o desenho na caneca, passa a prestar um serviço e tem de pagar outro tributo, o ISS. A dupla também precisa calcular para não pagar imposto sobre imposto porque, antes de vender a caneca, comprou-a de uma fábrica que já havia pago outro tributo, o ICMS, e embutido isso no preço. Hoje, os dois sócios têm seis funcionários dedicados a navegar por essa burocracia.
O cidadão desavisado pode até pensar que cada funcionário que a empresa tem de contratar para calcular tribu-

tos, conferir regras e preencher fichas é, pelo menos, um emprego a mais. Mas uma economia não funciona assim.
Esse funcionário significa, para a empresa, apenas custo – ele cuida da sobrevivência do negócio, mas não contribui para que a empresa venda mais, corte custos, eleve qualidade ou, melhor que tudo, invente algo novo que atraia os clientes. E esses são os caminhos incontornáveis para cada empresa crescer e gerar novos postos de trabalho. “Uma empresa grande embute o custo da burocracia e repassa ao consumidor. Para o pequeno ou médio, esse estado de

coisas pode ser fatal”, diz Juliano Seabra, presidente da Endeavor. Multiplique o problema pelos mais de 11 milhões de empresas registradas no país. E lembre que o país saiu apenas muito recentemente, no primeiro semestre, da recessão mais grave que já registrou. O número de desempregados aumentou em mais de 7 milhões desde o início de 2014. Num cenário assim, de falta de dinheiro generalizada, mesmo quem trabalha sofre com a diminuição no número de clientes, a insegurança no emprego e a dificuldade de conseguir aumento ou promoção. Pois é. Mas essa

pindaíba pode, no final das contas, ter um resultado positivo.
Os governos federal, estaduais e municipais não podem nem sonhar em estimular a economia à moda antiga, abrindo mão de impostos ou injetando dinheiro em setores escolhidos. Nenhum deles tem contas com folga o suficiente para fazer isso. Mas todo governante sabe que cidadãos não toleram inflação nem desemprego (não à toa, o economista americano Arthur Okun combinou os dois numa medição chamada “Índice de Desgraça”). A solução lógica para governos pobres darem ▶

uma forcinha aos empregos, então, é tentar estimular a economia por meio da simplificação. Deixar que trabalhe quem quer trabalhar. O governo federal já brigou muito com essa obviedade – a Receita Federal, às vezes, dispara regras como se não houvesse amanhã. Foram 541 mudanças em 2016, um dos anos de maior hiperatividade naqueles gabinetes. Mas há mostras claras de empenho, atualmente, pela simplificação.

Henrique Meirelles, ministro da Fazenda, afirmou na semana passada, pelo Twitter, que vai trabalhar na reforma tributária, “com o objetivo de simplificar o sistema”. A agenda de combate à burocracia ganhou em março um encarregado exclusivo, o economista João Pinho de Mello. A equipe que ele chefia conduz uma série extensa de pequenas medidas, muitas delas em parceria com a Receita Federal, sob o comando de Jorge Rachid. Uma iniciativa em andamento é a Redesim, para unir obrigações que antes levariam o empreendedor a lidar separadamente com prefeitura, governo estadual e governo federal. A Redesim cobre o país (as secretarias de Fazenda municipais e estaduais) aos poucos – passou de 50% dos órgãos em 2016, bateu os 70% em julho e deverá chegar a 80% em dezembro. A Receita tem 14 iniciativas como essa.

Meirelles, chefe de Pinho de Mello e Rachid, explica que o governo trabalha em três frentes para tentar melhorar o ambiente de negócios no país: uma delas é simplificar os negócios (ao lado de aumentar a concorrência e baixar os juros). “A complexidade tributária é um problema real que afeta todos os setores. Por isso estamos trabalhando na simplificação. A instabilidade das regras é outro exemplo (*de problema que faz o Brasil pouco produtivo*)”, afirmou, em entrevista por e-mail. “A facilidade para abrir empresas aumentará o empreendedorismo e criará empregos.”

O ministro se anima com a possibilidade de o Congresso debater a proposta de reforma tributária mais em evidência no momento, de autoria do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). Pelo texto do tucano, a reforma eliminará dez tributos e criará dois. Hauly propõe reduzir os tributos sobre o consumo e ▶

TRABALHO DE FORMIGA

Simplificar a criação de negócios e empregos não é tarefa apenas para o governo federal. Conforme a tecnologia digital avança (e facilita a integração dos sistemas) e o dinheiro escasseia, os governos percebem que vale a pena fazer esse tipo de esforço

● Iniciativa municipal ● Iniciativa estadual ● Iniciativa federal

1 SÃO PAULO ESTADO

● POUPATEMPO DO EMPREENDEDOR

Permite a abertura de empresas de baixo risco em até 48 horas, em um processo 100% digital. Foi ampliado para 272 municípios paulistas

3 RIO DE JANEIRO ESTADO

● ABERTURA RÁPIDA

Um decreto acelera o trâmite de abertura de empresa na Junta Comercial para até três dias úteis e na Secretaria da Fazenda do estado para até cinco dias úteis

OS BONS EXEMPLOS

Os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro reduziram significativamente o tempo para a abertura de uma empresa. É preciso reduzir mais

2

MUNICÍPIO

●● EMPREENDA FÁCIL

Reduziu o tempo de abertura de empresas de 101 para sete dias ao integrar, digitalmente, sistemas federais, estaduais e municipais

4

MUNICÍPIO

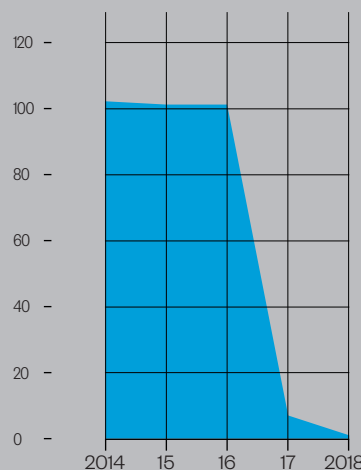
● AUTODECLARAÇÃO

Um decreto que prevê a autodeclaração de características da empresa deve reduzir o tempo de abertura de um negócio de 45 para 18 dias

Dias para abrir um negócio no município

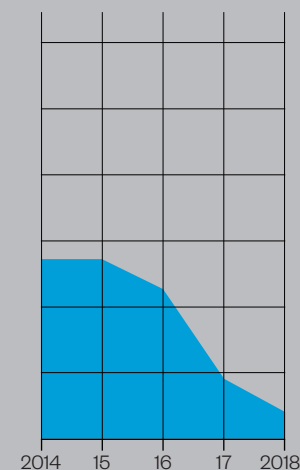
SÃO PAULO

102 101 101 7 1⁽¹⁾



RIO DE JANEIRO

54 54 45 18 8⁽¹⁾



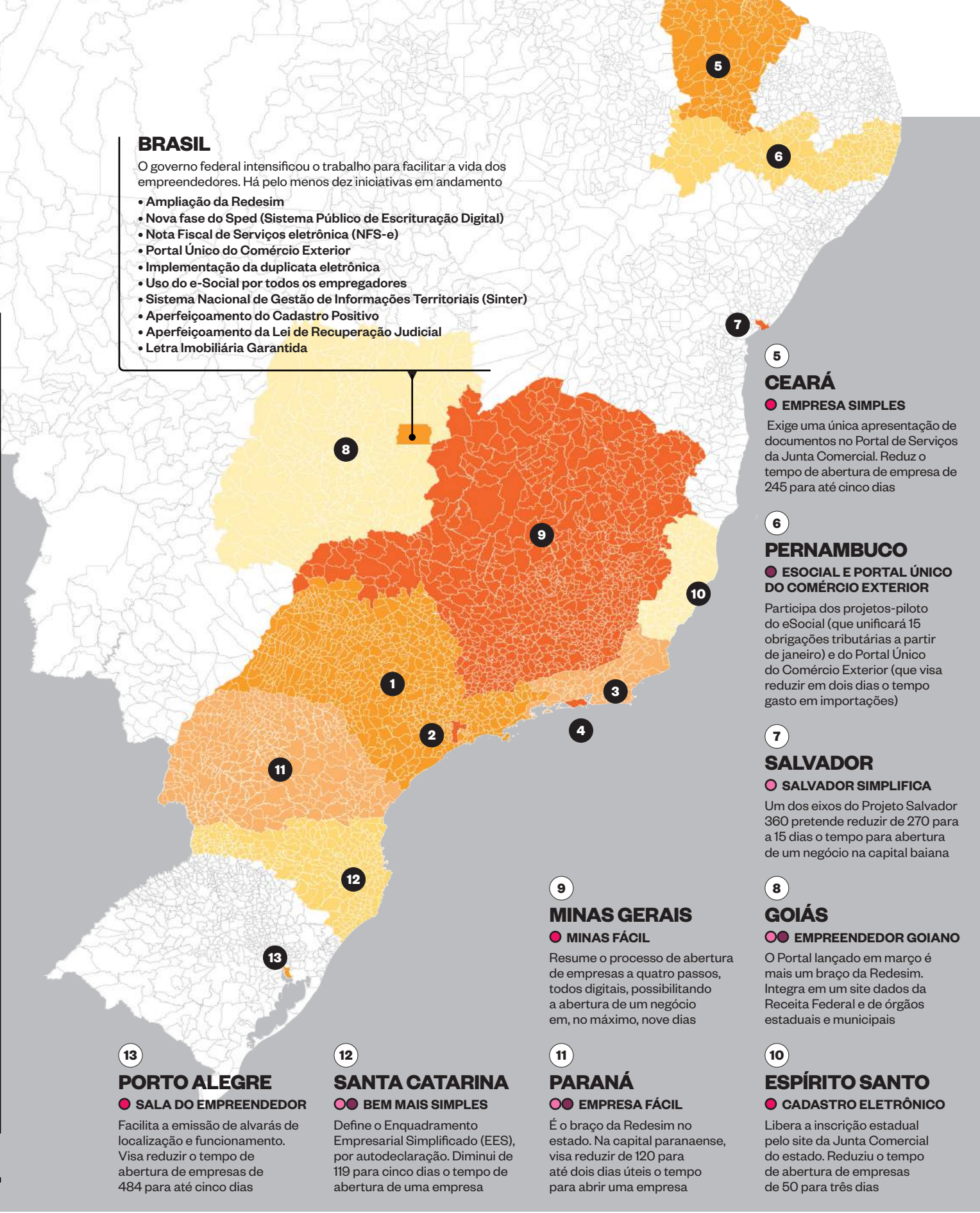
(1) Projeções

Fontes: Banco Mundial/Doing Business, governos estaduais e municipais, Receita Federal

BRASIL

O governo federal intensificou o trabalho para facilitar a vida dos empreendedores. Há pelo menos dez iniciativas em andamento

- Ampliação da Redesim
- Nova fase do Sped (Sistema Público de Escrituração Digital)
- Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e)
- Portal Único do Comércio Exterior
- Implementação da duplicata eletrônica
- Uso do e-Social por todos os empregadores
- Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (Sinter)
- Aperfeiçoamento do Cadastro Positivo
- Aperfeiçoamento da Lei de Recuperação Judicial
- Letra Imobiliária Garantida



5 CEARÁ

● EMPRESA SIMPLES

Exige uma única apresentação de documentos no Portal de Serviços da Junta Comercial. Reduz o tempo de abertura de empresa de 245 para até cinco dias

6

PERNAMBUCO

● ESOCIAL E PORTAL ÚNICO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Participa dos projetos-piloto do eSocial (que unificará 15 obrigações tributárias a partir de janeiro) e do Portal Único do Comércio Exterior (que visa reduzir em dois dias o tempo gasto em importações)

7

SALVADOR

● SALVADOR SIMPLIFICA

Um dos eixos do Projeto Salvador 360 pretende reduzir de 270 para a 15 dias o tempo para abertura de um negócio na capital baiana

8

GOIÁS

●● EMPREENDEDOR GOIANO

O Portal lançado em março é mais um braço da Redesim. Integra em um site dados da Receita Federal e de órgãos estaduais e municipais

10

ESPÍRITO SANTO

● CADASTRO ELETRÔNICO

Libera a inscrição estadual pelo site da Junta Comercial do estado. Reduziu o tempo de abertura de empresas de 50 para três dias

9

MINAS GERAIS

● MINAS FÁCIL

Resume o processo de abertura de empresas a quatro passos, todos digitais, possibilitando a abertura de um negócio em, no máximo, nove dias

11

PARANÁ

●● EMPRESA FÁCIL

É o braço da Redesim no estado. Na capital paranaense, visa reduzir de 120 para até dois dias úteis o tempo para abrir uma empresa

12

SANTA CATARINA

●● BEM MAIS SIMPLES

Define o Enquadramento Empresarial Simplificado (EES), por autodeclaração. Diminui de 119 para cinco dias o tempo de abertura de uma empresa

13

PORTO ALEGRE

● SALA DO EMPREENDEDOR

Facilita a emissão de alvarás de localização e funcionamento. Visa reduzir o tempo de abertura de empresas de 484 para até cinco dias

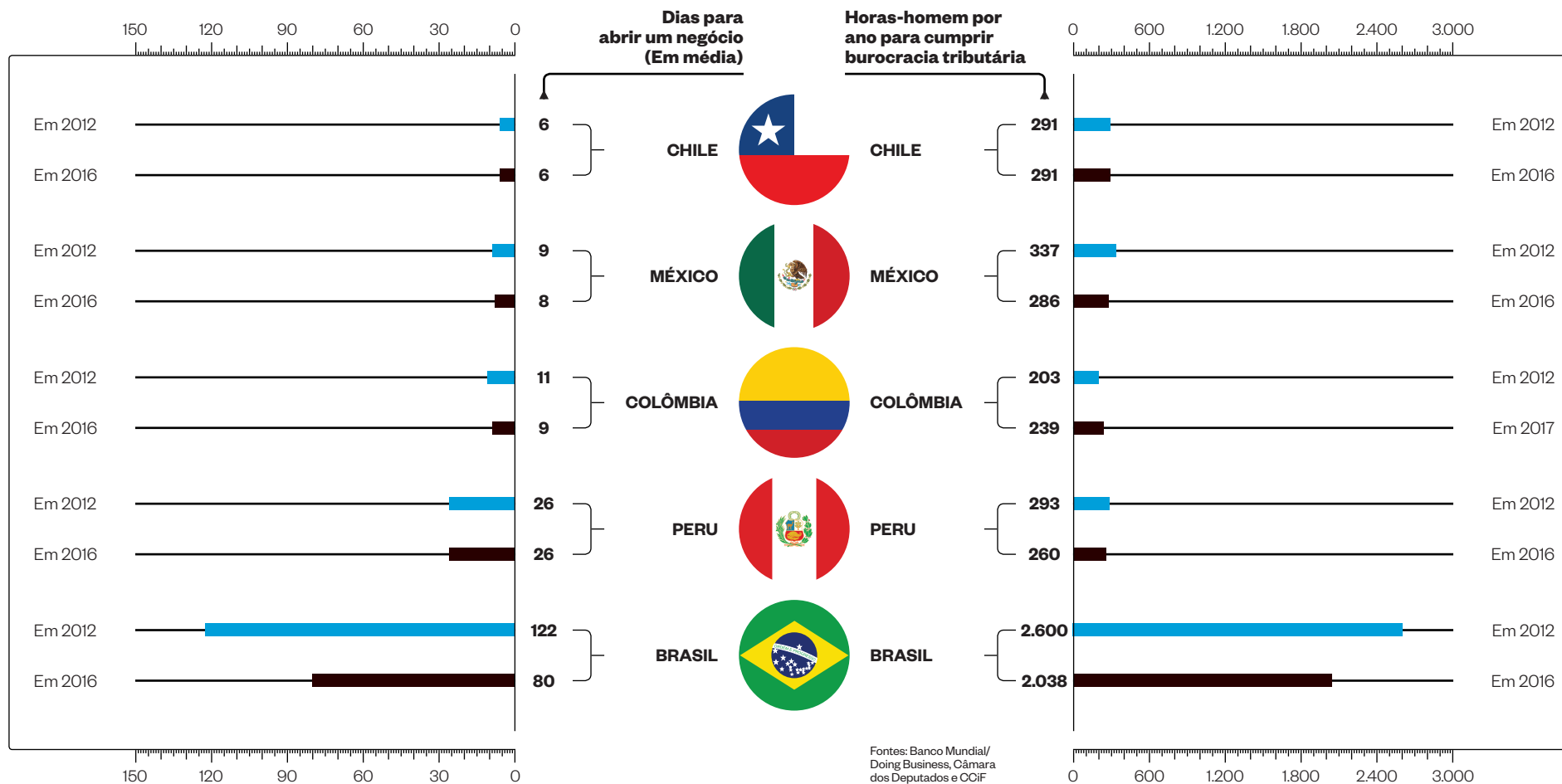
eivar os que incidem sobre a renda, o que beneficia os mais pobres. Se os congressistas se dispuserem ao debate, essa não é a única boa proposta a merecer apreciação. Outra, de autoria do economista Bernard Appy e seus colegas do Centro de Cidadania Fiscal, oferece boas ideias (*leia mais no quadro abaixo*). Por mais que o Executivo e o Legislativo federais avancem, porém, a simplificação não será feita apenas a partir de Brasília.

Governos estaduais e municipais, historicamente, empenharam-se pouco em reduzir a burocracia para o cidadão abrir, operar ou fechar um negócio próprio. Afinal, cada dificuldade alimenta um pequeno ecossistema de burocratas com pequenos poderes, vendedores de facilidades e corrupção miúda. Ao mesmo tempo, esses governos empenharam-se demais, além da conta, em mexer nas regras tributárias. Imaginaram, assim, estimular certos setores e atrair certas empresas para seu território. O efeito final prejudica todo mundo, governos e cidadãos. “Há falta de confiança de que as diferentes regras tributárias sobrevivam ao ciclo político, o que só aumenta a incerteza”, avalia Michael Israel, mestre em mercado financeiro pela Toulouse Business School. Por isso, o cidadão terá de cobrar o empenho pela simplificação de seus vereadores, prefeitos, deputados estaduais e governadores. O movimento, difuso pelo país, já é perceptível.

O estudo da Endeavor, ao detalhar a extensão da encrência, dá motivos para ânimo. O Rio Grande do Sul mexeu 558 vezes nas regras do ICMS em quatro anos e meio e ergue a taça de campeão da hiperatividade tributária. Mas lá, como em outros estados, o quadro tem melhorado. O governo gaúcho fez 177 alterações em 2013 e só 25 entre janeiro e maio deste ano. O governo de São Paulo coloca em prática medidas para convencer o empresário de que, mesmo sem baixar o ICMS, vale a pena investir. Uma ação é automatizar a cobrança de tributos. “Isso vai começar por grupos de menor risco”, conta Rogério Ceron, secretário adjunto da Secretaria da Fazenda paulista. A ideia é agrupar empresas que pagam seus impostos em dia e começar as mudanças por elas. Deverá virar realidade em um ano e meio. O

SIGAMOS OS VIZINHOS

O México ocupa a melhor colocação no ranking da região para começar negócios. Chile, Peru e Colômbia também mostram quanto o Brasil pode melhorar



mais difícil, diz o secretário, é unificar as bases de dados das várias esferas de governo. Em outra iniciativa, o governo paulista implementa um sistema que cruza dados fornecidos pelas empresas, a fim de checar inconsistências. Se der certo, ajudará a descongestionar o Judiciário. Muitas vezes, empresários declaram números errados e, depois de autuados, vão à Justiça se defender.

Na esfera municipal, a capital paulista vem mudando rapidamente. Até abril, para abrir um negócio era necessário enfrentar cinco idas presenciais a órgãos públicos e se dispor a esperar mais de 100 dias. Desde 8 de maio, a espera caiu para sete dias. A mudança levou anos e exigiu esforço de continuidade de três prefeitos de partidos diferentes – Gilberto Kassab, Fernando Haddad e João Doria. A continuidade tirou do papel o programa Empreenda Fácil, que permitiu a mudança. Ele tem limitações: só participam empresas de baixo risco, que dispensam licenças ambiental e sanitária. “E fechar a empresa ainda é um abacaxi. Estamos trabalhando nisso”, diz Daniel Annenberg, secretário de Inovação e Tecnologia no município.

Outras cidades também reduziram o tempo para a abertura de uma empresa. No Rio de Janeiro, ele caiu de 45 dias para 18, para as empresas que optarem pela autodeclaração de características, possível desde maio (até o primeiro semestre de 2018 isso estará consolidado). As duas maiores cidades do país também integram a Redesim, iniciativa de simplificação do governo federal.

Para os congressistas, entre uma bomba e outra vinda da Operação Lava Jato, a prioridade econômica é apreciar a reforma da Previdência. Ela também domina a atenção da equipe econômica. Espera-se que ela volte à pauta em outubro. Em seguida, governo e legisladores fariam bem em se dedicar à reforma tributária e à causa da simplificação. A burocracia, como matagal, cresce sem que ninguém precise se esforçar para isso. Cortá-la é trabalho árduo, demorado, sem glamour, que não resulta em festa de inauguração. Mesmo assim, é dos esforços mais baratos e com resultado mais certo para recolocar o país no rumo do desenvolvimento. ♦

A PRÓXIMA GRANDE REFORMA

Tramita no Congresso uma proposta para enxugar o sistema tributário. Ela não é a única a tentar descomplicar as regras

Deputado Luiz Carlos Hauly

PSDB-PR

Versão de 22 de agosto

PREMISSA	Simplificar o sistema sem mudar a carga tributária
METAS	Acabar com a guerra fiscal e criar empregos
SUPRIME	10 TRIBUTOS • Cide • Cofins • CSLL • ICMS • IOF • IPI • ISS • Pasep • PIS • Salário-educação
CRIA	2 TRIBUTOS • IBS Imposto sobre Operações com Bens e Serviços • Imposto Seletivo⁽¹⁾
QUEM COBRA OS NOVOS TRIBUTOS	• IBS Estados • Imposto Seletivo União
PERÍODO DE TRANSIÇÃO	Para o contribuinte: 2 anos Para a redistribuição entre União, estados e municípios: 15 anos

(1) Imposto Seletivo sobre energia elétrica, combustíveis, petróleo e derivados, telecomunicações, cigarros, bebidas, veículos e suas peças

Centro de Cidadania Fiscal

CCIF

Versão de agosto

PREMISSA	Simplificar o sistema sem mudar a carga tributária
METAS	Diminuir disputas judiciais, elevar investimento e produtividade
SUPRIME	5 TRIBUTOS • Cofins • ICMS • IPI • ISS • PIS
CRIA	1 TRIBUTOS • IBS Imposto sobre Bens e Serviços
QUEM COBRA O NOVO TRIBUTOS	• IBS União ⁽²⁾
PERÍODO DE TRANSIÇÃO	Para o contribuinte: 2 anos de teste mais 8 anos Para a redistribuição entre União, estados e municípios: 50 anos

(2) Cada estado preserva a liberdade de definição da alíquota cobrada em seu território